

## PESQUISA SOBRE E COM MOVIMENTOS SOCIAIS

## RESEARCH ABOUT AND WITH SOCIAL MOVEMENTS

Data de entrega dos originais à redação em: 04/08/2018  
e recebido para diagramação em: 04/09/2018

Caio Becsi Valiengo <sup>1</sup>  
Claudio Luis de Camargo Penteadó <sup>2</sup>  
Ivan Fortunato <sup>3</sup>

Para guiar as reflexões propostas neste artigo, os autores se orientam por três perguntas iniciais, as quais vão se multiplicando ao longo do texto: (1) qual o papel do pesquisador e da academia na produção científica, e sua relação com o mundo social que analisa? (2) como produzir conhecimentos para além daqueles legitimados pelos campos das ciências hegemônicas, que muitas vezes se afastam de uma realidade complexa vivenciada pelos grupos e coletivos ativistas?; e (3) como produzir conhecimentos científicos que compatibilizem uma agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais com os coletivos de comunicação? Mais do que trazer receitas ou soluções, este ensaio buscou mobilizar diferentes reflexões sobre uma possível construção de conhecimentos que podem compor uma ecologia de saber.

Palavras-chave: Coletivos de comunicação. Movimentos sociais. Mídia. Pesquisa. Periferia.

*To conduct the reflections proposed in this paper, the authors are guided by three initial questions, which are multiplied throughout the text: (1) what is the role of the researcher and the academy in scientific production, and what is its relation to the social world that it analyzes?; (2) how to produce knowledge beyond those legitimized by the fields of hegemonic sciences, which often depart from a complex reality experienced by activist groups and collectives?; and (3) how to produce scientific knowledge that matches a research agenda on social movements with communication collectives? This paper does not aim to outline any recipes or solutions, yet, it sought to mobilize different reflections on a possible knowledge building that can compose an ecology of knowledge.*

*Keywords: Collectives of communication. Social movements. Media. Research. Periphery.*

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste ensaio é refletir criticamente sobre a pesquisa acadêmica sobre movimentos sociais, com um foco mais específico nos coletivos de comunicação. Parte-se da seguinte inquietação: como produzir conhecimentos que compatibilizem uma agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais, com os movimentos sociais e para os movimentos sociais?

Pesquisa anterior sobre os movimentos sociais de comunicação periférica de São Paulo buscou compreender como esses grupos se organizam, como se relacionam entre si, com o Estado e com o mercado, e qual seu entendimento enquanto produtores de comunicação contra hegemônica (VALIENGO, 2016). Na condução da pesquisa, houve a oportunidade de estudar grupos compostos predominantemente por jovens, moradores das periferias da cidade de São Paulo, com o objetivo de se engajar em disputas simbólicas, por meio de uma produção jornalística alternativa na construção do imaginário coletivo. Na pesquisa, buscou-se entender como esses grupos se organizam; quais são suas demandas políticas e visões da mídia; qual sua relação com o Estado, com o mercado e com o terceiro setor; e de que forma sua atuação cria uma interface com a pauta da democratização da mídia no Brasil por meio da produção de narrativas e práticas contra hegemônicas. Na ocasião, a interação com os coletivos permitiu uma rica interação simbólica que

evoca sentidos e o posicionamento do pesquisador com seu objeto.

A dinâmica política que envolve esses grupos de militância desperta afetos e percepções, produzindo novos conhecimentos e repertórios que vão orientar sua prática e construir sua identidade, além de colocar em xeque a teorização acadêmica e seu repertório de orientação científica. Sherrer-Warren e Luchmann (2004) assinalaram que existem lacunas nos estudos sobre os movimentos sociais que precisam incorporar as "renovações significativas no campo das investigações empíricas" (p. 28), que nascem do processo participativo dos sujeitos coletivos, os quais se constroem sociológica e politicamente por meio de saberes que são construídos em seu cotidiano.

A partir dessa perspectiva, e da experiência com coletivos da periferia de São Paulo (VALIENGO, 2016), emergem questões relacionadas com o desafio da produção de um conhecimento, que se pretende científico, mas sem perder de vista a compreensão dos movimentos sociais como agentes produtores de saberes. Para guiar as reflexões propostas neste artigo, nos orientamos por três perguntas iniciais, as quais vão se multiplicando ao longo do texto: (1) qual o papel do pesquisador e da academia na produção científica, e sua relação com o mundo social que analisa? (2) como produzir conhecimentos para além daqueles legitimados pelos campos das ciências hegemônicas, que muitas

1 - Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Ciência Humanas e Sociais. < valengo@ufabc.edu.br >.

2 - Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Ciência Humanas e Sociais.

3 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Câmpus Itapetininga. < ivanfrt@yahoo.com.br >.

vezes se afastam de uma realidade complexa vivenciada pelos grupos e coletivos ativistas?; e (3) como produzir conhecimentos científicos que compatibilizem uma agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais com os coletivos de comunicação?

## 2 MOVIMENTOS SOCIAIS E OS CAMINHOS DA PESQUISA

Se eu tivesse, de início, claramente definidos meu objeto e minha questão, também poderia definir com mais rigor as hipóteses e os métodos da pesquisa. Mas na verdade não foi assim. Percebendo no início que os novos movimentos revalorizavam o cotidiano das classes populares, eu me pus a estudar tanto os elementos que compuseram o modo de vida dessa população quanto a dinâmica dos movimentos sociais, sem saber muito bem como efetuar o recorte necessário para a minha pesquisa. O campo era muito vasto, e eu me vi dividido entre as exigências do rigor científico, implicando uma delimitação maior e mais precisa do objeto da pesquisa, e os impulsos de um interesse político que levavam a uma interrogação mais abrangente (SADER, 1988, p. 18).

Ao longo do desenvolvimento de qualquer empreitada científica, uma série de escolhas metodológicas e teóricas devem ser feitas. Mas, é preciso explicitar que essas escolhas também são políticas. Especificamente no campo dos estudos dos movimentos sociais, as barreiras entre o ativista, o militante político e o acadêmico tendem a ser tênues, como visto, de forma bastante instigante, no relato de Sader (1988) reproduzido na epígrafe. O autor notava o dilema entre seus impulsos políticos e o rigor científico, pois, para a produção de conhecimento na ciência, a participação do pesquisador deve ser neutra. Mas, que neutralidade é essa, se toda escolha teórico-metodológica é subsidiada por uma série de escolhas políticas, ou mesmo subjetivas? Afinal, abordar determinados temas (e conseqüentemente invisibilizar outros), selecionar interlocutores, variáveis, e tantos outros componentes da produção científica no campo das ciências sociais aplicadas são atos permeados de intencionalidade política que se inserem em relações de poder, e disputas de capitais intelectual e cultural de determinado campo científico. Nesse sentido, essa ciência supostamente neutra já foi colocada em xeque por autores que discutem novas formas de conhecimento, tais como Boaventura de Sousa Santos (2009) e Morin (2010), assim como autores que debatem a produção de conhecimento nas Ciências Humanas e Sociais, como Rubin-Oliveira e Franco (2015) e Ortiz (1983), e autores que tratam especificamente sobre movimentos sociais, tais como Gonçalves e Lisboa (2007), Doimo (1995), Sader (1988) e Cardoso (1987).

Dessa maneira, uma vez rompida a concepção de neutralidade da produção do saber científico, e da multiplicidade e complexidade das trajetórias dos processos de pesquisa, qual o papel dos pesquisadores enquanto sujeitos que observam, participam e produzem estes conhecimentos? Como se dá sua relação com os

movimentos sociais estudados? É importante registrar um ponto importante, que é a dificuldade de acesso aos grupos e aos movimentos sociais, e a necessidade da criação de pontos de interface e sociabilidade que garantam algum tipo de confiança política, pessoal, ou mesmo a sensação de se estar “do mesmo lado”. Durante pesquisa já mencionada (VALIENGO, 2016), com os coletivos de comunicação da periferia de São Paulo, muitos grupos relataram experiências negativas com as universidades, sentindo participar de um tipo de “laboratório social”, no qual são vistos como parte de uma experiência que é relatada pela academia, divulgada em teses, artigos, livros etc., sendo que os pesquisadores não repassam uma devolutiva ao grupo sobre o que foi apresentado e, pior, nunca mais voltam ao local, nem tentam contato. Por isso, entendemos que construção de relações políticas e afetivas com os movimentos sociais devem integrar outro jeito de se fazer pesquisa

A esse respeito, Cardoso (1987) já havia anotado que a convivência e a afetividade são elementos que podem ajudar a fazer pesquisas de forma diferente, pois permitem aproximação. Dessa forma, o pesquisador se envolve completamente, fazendo com seus valores e visão de mundo deixem de ser obstáculos, tornando-se condição fundamental e necessária para compreender as diferenças culturais de cada movimento, de cada grupo, de cada coletivo. Evidencia-se, assim, a necessidade de se construir laços afetivos e políticos com os movimentos sociais estudados, para que seus valores e significados sejam efetivamente compreendidos e partilhados. Laços que se materializam, muitas vezes, em trabalhos que têm como objetivo contribuir com a visibilidade dos fenômenos sociais, ao contar suas narrativas e formas de atuação, e em metodologias que trilham um caminho de produção científica marcada pela solidariedade e co-presença junto aos movimentos sociais (MISOCZKY et al, 2008, p. 11).

Bourdieu (2001), em seu livro-manifesto “Contrafogos 2”, conclama a todos pesquisadores que se posicionem perante as questões colocadas no mundo, de forma que “aqueles que têm a oportunidade de dedicar sua vida ao estudo do mundo social não podem ficar neutros e indiferentes, distanciados das lutas das quais o resultado será o futuro desse mundo” (p. 7). Por isso, o autor reconhece que, para contribuir à construção um movimento social europeu, é preciso intervir no universo político. Seja tal intervenção sob uma forma de “fusão”, na qual os pesquisadores são também militantes, seja na forma colaborativa, na qual pesquisadores e militantes elaborem propostas de mobilização e ação.

Não obstante, é preciso reconhecer, conforme Duriguetto e Montañó (2011), que as diversas teorias dos movimentos sociais surgem, cada qual em sua época, com objetivo de explicar as formas de ação coletiva emergentes, em uma tentativa de contar uma história do presente. Assim, Scherer-Warren (2010), ao discutir sobre a produção do conhecimento acerca dos movimentos sociais dentro de uma perspectiva crítica e pós-colonial no cenário latino americano, afirma que existe uma armadilha cognitiva que pode induzir os pesquisadores a se fecharem em um repertório acadêmico que não consegue retratar a realidade social dos grupos investigados. Nesse caso, tornam-se

meros reprodutores da fala dos sujeitos das pesquisas, atitude comum nos estudos sobre os “movimentos populares” na América Latina na segunda metade do século XX. Por isso, a autora defende a necessidade de estabelecer uma “parceria” com o grupo pesquisado, pois essa estabelece uma dimensão ética e política que exige o reconhecimento do sujeito. No caso dos coletivos de comunicação que atuam na periferia da cidade, a parceria leva ao reconhecimento do outro como um sujeito de direitos em posições subalternas, dotados de legitimidade em suas demandas. Quando isso acontece, Scherer-Warren (2010) explica que os pesquisadores assumem uma responsabilidade de atuar como mediadores políticos “no trabalho de tradução entre os diversos saberes e ideários comuns” (p. 26).

Dessa forma, surgem desafios para que os pesquisadores operacionalizem um modelo de investigação científica que consiga comportar o reconhecimento dos movimentos sociais como “parceiros de pesquisa” e a construção de um aporte teórico formulado no diálogo ou fusão entre os saberes acadêmicos e os saberes de uma práxis política periférica. Para refletir esse desafio, trazemos uma discussão sobre o estudo da atuação dos coletivos de comunicação, que se inserem dentro do debate sociopolítico contemporâneo pela demanda de democratização da comunicação como um direito social, conforme problematizado na sequência.

### 3 COMUNICAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS

A comunicação, enquanto ferramenta e instrumento de luta, sempre foi largamente utilizada pelos movimentos sociais. Conforme o Interozoes (2014), o uso de meios de comunicação possui uma dimensão estratégica dupla para os movimentos: de um lado serve como forma de arregimentar novos militantes capazes de multiplicar e operacionalizar as ações coletivas, a partir da produção própria de boletins, panfletos, jornais e outros produtos de mídia; por outro busca criar canais para a obtenção de visibilidade e apoio da opinião pública, função que passa necessariamente pela mediação das instituições midiáticas do jornalismo hegemônico.

Como se sabe, a produção comunicacional do capitalismo contemporâneo está concentrada em um reduzido número de grandes corporações, que atuam como “aparelhos privados de hegemonia”, no sentido gramsciano. Isso porque possuem autonomia em relação ao Estado, e atuam ativamente na construção de consensos (e dissensos) na sociedade. Apenas a título de exemplo, as quatro maiores empresas de mídia e entretenimento da América Latina (Globo do Brasil, Televisa do México, Cisneros da Venezuela, Clarín da Argentina) retêm 60% do faturamento total dos mercados e das audiências (cf. MORAES, 2009).

Essa situação oligopólica dos meios de comunicação traz uma série de consequências imediatas no tipo de informação que é produzida e circulada, representando grupos e interesses específicos. A concentração midiática permite a reprodução de discursos hegemônicos pelas grandes corporações de mídia, ditando valores e comportamentos que devem ser defendidos pela sociedade e, ao mesmo tempo, neutralizar a possibilidade

da criação de narrativas alternativas e outras formas de fazer política. Essa situação de controle hegemônico da mídia foi denunciada pela Carta Mundial da Mídia Livre (2015), cujas implicações foram expostas na seguinte passagem:

De modo mais profundo, percebemos que o modo de comunicar da mídia hegemônica contribui para a exacerbação dos problemas que o mundo atravessa atualmente nos planos cultural e político. Ela homogeniza e monopoliza onde se deveria valorizar a diversidade, favorecer a participação, a colaboração com uma construção coletiva de conhecimento e compreensão do mundo. Ela se organiza em torno do factual, do interesse particular e do valor comercial onde se deveria compreender os processos sociais em sua temporalidade e profundidade, e promover o interesse público (CARTA, 2015, s.p.).

A utilização de meios de comunicação próprios dos movimentos sociais busca romper com essa barreira imposta pelos grandes veículos de comunicação. Mas, para romper o monopólio dos meios, é preciso que as forças de resistência sejam capazes de se apropriar das tecnologias e dos meios de produção e disseminação de informações. Por isso, é possível considerar os movimentos sociais de democratização da mídia, e de produção de mídia alternativa e contra hegemônica, como resistências ao monopólio, pois esses movimentos podem construir suas próprias narrativas. Dessa forma, a internet tem permitido e catalisado a criação de outros mundos possíveis, pois tem possibilitado o agenciamento de múltiplas formas de comunicação descentralizadas e com potenciais significados aos grupos que se comunicam.

### 4 MOVIMENTOS SOCIAIS DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL: OS COLETIVOS DE COMUNICAÇÃO<sup>1</sup>

Como já delineado, os movimentos sociais de comunicação no Brasil se organizam a partir do contexto da concentração midiática, na qual poucos grupos de corporações se apropriam dos grandes meios de comunicação. Esses grupos pautam sua ação coletiva ora por meio da pressão no Estado, buscando a democratização da mídia por meio de sua regulação e fomento a novas práticas, ora por meio da produção de mídias independentes, narrativas alternativas e contra hegemônicas. Conforme Gohn (2010):

[...] é no meio popular que encontramos inúmeras iniciativas de movimentos e entidades na busca de publicização de suas demandas, apoios ou versões dos fatos. [...] observa-se o desenvolvimento da cultura de resistência via meios de comunicação alternativos. Os espaços comunicacionais são estratégicos tanto ao movimento, para publicizar suas demandas e buscar algum espaço contra-hegemonico como para seus opositores, que buscam desqualifica-los e isolá-los da opinião pública ao retratá-los como fonte e origem da violência (GOHN, 2010, p. 151).

1 - Todas as falas entre aspas desta seção foram obtidas em entrevistas presenciais com membros dos coletivos e grupos estudados na pesquisa já citada “Nois por Nois: movimentos sociais de comunicação em São Paulo”. Os grupos são Alma Preta; Blog Imprensa; Coletivo TV DOC; Escola de Notícias; Nós, mulheres da periferia; e Periferia em Movimento. Originais disponíveis em Valiengo (2016).

Esses movimentos tendem a atuar como grupos de pressão e organizações que atuam diretamente na pauta da democratização da mídia, com atuação em campanhas de conscientização; controle de conteúdo e da programação dos canais de rádio e televisão; acompanhamento legislativo, com objetivo de garantir o respeito às normas que tratam de conteúdos e concessões; como também de lobby direto na arena política, buscando influenciar na agenda parlamentar do país, com projetos de leis de iniciativa popular. Outros grupos, compostos por uma grande diversidade de atrizes e atores sociais, produzem narrativas alternativas à mídia comercial e hegemônica, sejam estes coletivos culturais, de juventude e de periferia; organizações do terceiro setor; associações de bairro ou territorial; grupos com recortes de classe, étnicos, de gênero e sexual; e indivíduos, organizados ou não em rede (VALIENGO, 2016).

Os coletivos de comunicação periférica dão novos sentidos para suas lutas, a partir de suas práticas de criação de narrativas alternativas e resistência aos processos de produção de subjetividades impostas pela grande mídia. Por exemplo, a retratação da mídia hegemônica de “jovens carentes” a partir de uma “estética da Cidade de Deus” expõe essa imposição da mídia, pois carrega uma visão estereotipada do jovem periférico como um sujeito violento ou envolvido com o mundo do crime, escancara estes processos de criação de subjetividades periféricas pela mídia hegemônica. Por isso, a resistência à visão estereotipada de pessoas e lugares a partir da lógica da violência e do racismo permeia toda ação comunicativa desses grupos que, por meio de suas máquinas de expressão próprias, apresentam a multiplicidade periférica, e os diversos mundos possíveis dos territórios e seus habitantes – todos os seus devires periféricos.

Importante anotar que esses grupos têm consciência de seu papel na produção de narrativas próprias, a partir de seus olhares, em processos de construção contra hegemônica, integrando um campo de mídia alternativa ou radical, a partir de categorias auto proclamadas como “mídia da periferia”, “mídia alternativa militante”, “mídias negras”, “jornalismo hiperlocal”, que integram uma “mídia radical que busca criar uma esfera pública radical” (VALIENGO, 2016). Dessa forma, os movimentos reivindicam direitos para todos. Mas, diferente da mídia hegemônica, os movimentos partem da dissolução das identidades na própria multiplicidade.

No entanto, os coletivos esbarram nas demandas materiais colocadas pelo capitalismo contemporâneo, de forma que os grupos e seus membros precisam buscar alternativas para sua sobrevivência econômica e financeira (VALIENGO, 2016). Enquanto alguns destes grupos já entendem seu papel enquanto produtores de conteúdo, podendo se sustentar financeiramente a partir da venda de produtos comunicacionais para empresas, institutos e outras organizações e coletivos, outros grupos ainda enfrentam, em diferentes níveis, uma indefinição sobre seu papel. Trata-se de um dilema que pode ser entendido como: “temos nossa ideologia, mas precisamos sobreviver”. A busca de novas formas de sustentabilidade financeira, como financiamento coletivo, campanhas etc., desponta como tentativas de manutenção de suas ações, sem terem que ferir seus princípios e causas.

E é na sobrevivência material que se pauta sua relação com o Estado: todos entendem que os recursos públicos e as políticas públicas de fomento não apenas devem ser buscadas por eles, como também é papel do Estado priorizar ações localizadas nas periferias, regiões historicamente negligenciadas pela ação estatal. Todos os grupos entendem que disputar editais públicos de financiamento e fomento não tira sua autonomia. Ao contrário, significa algo parecido com “devolver o dinheiro para as classes populares”, ou seja, tomar o que é seu por direito.

A sobrevivência material também circunscreve a relação com o mercado. Aqueles que vendem (ou venderiam) serviços para empresas fazem questão de expressar em seu trabalho todas suas formulações e metodologias que partem da periferia da cidade, e se pautam por escolhas pautadas por sua ideologia, ou seja, de que são projetos de comunicação não orientados pelo lucro.

No entanto, a relação dos grupos tanto com o Estado quanto com o mercado é balizada por um pragmatismo que contrapõem ideologias com uma responsabilidade de sobreviver. Os dilemas pautados por “não se vender por pouco”, ou “ser irresponsável e deixar o projeto morrer”, são conflitos constantes. Além disso, é preciso considerar a especificidade dos grupos periféricos em relação aos grupos do campo da comunicação alternativa localizados no centro da cidade, normalmente composto por “brancos de classe média”. Mais do que criar uma cisão com outros grupos e coletivos, este contraponto é feito para demonstrar que os obstáculos materiais existentes daquelas e daqueles jovens, negros e negros, moradores da periferia, refletem também em seus coletivos e organizações e, conseqüentemente, em seus projetos de disputa de poder.

Interessante destacar também a relação que a maioria dos integrantes dos grupos possuem com organizações do terceiro setor. O processo de reforma do aparelho do Estado dos anos 1990, a partir das agendas neoliberais, impulsionou o fortalecimento das organizações do terceiro setor, que passaram a executar uma série de funções tipicamente estatais (cf. BRESSER-PEREIRA, 1998). As jovens e os jovens, que integram os grupos do referido estudo (VALIENGO, 2016), pertencem a uma geração que passou por diversos processos de formação nessas instituições e, por conta disso, possuem uma relação ambígua com elas: se por um lado reconhecem os trabalhos realizados por diversas organizações em seus territórios, entendem também que é necessário a construção de outras formas de organização, que dialogam diretamente com conceitos de auto-organização.

Por isso, o “nois por nois” comunicacional também é um “nois por nois” organizacional, no qual o devir-organização é constituído a partir da contradição, da imprevisibilidade, de modelos não lineares (VALIENGO, 2016). Assim, não pode ser considerado um modelo institucional de uma Organização Não-Governamental (ONG), mas também não é um modelo institucional de uma empresa. Além disso, quase todos os grupos já foram abordados por iniciativas do chamado empreendedorismo social, que busca imprimir mudanças sociais por meio de técnicas e ferramentas do mercado. Mas, essa lógica não

dialoga com a realidade dos grupos como “negócio social” e “responsabilidade social”.

De maneira geral, os grupos acreditam que podem fazer política e transformar sua realidade a partir de outros marcos que não o da política tradicional e institucionalizada. Com demandas para o agora, com a necessidade de interferir no tempo presente, esses coletivos e organizações buscam, em meio à sua diversidade, se organizar por meio de práticas locais e horizontais (liderança colaborativa e compartilhada), e atuar coletivamente em rede. Em sua maioria, surgem a partir de projetos comunitários que foram se estruturando ao longo do tempo, apresentando graus diferente de institucionalização. Na pesquisa (VALIENGO, 2016), verificou-se que todos os grupos já têm bem formulado seus arranjos organizacionais, processos de tomada de decisão, que perpassam necessariamente por conceitos de descentralização e horizontalidade.

Dessa forma, o ponto central é pensar que esses grupos estão, cada um à sua maneira, criando suas próprias máquinas de expressão. Mesmo que seu alcance seja difícil de ser mensurado, é evidente que todos os grupos estudados pautam suas ações a partir do entendimento do funcionamento da mídia comercial hegemônica, ou da “mídia capitalista”. Os grupos buscam fazer um contraponto a partir da construção de narrativas alternativas, historicamente invisibilizadas pelos veículos de comunicação tradicionais. Seu objetivo é apresentar uma visão de periferia e periferias para além do estereótipo violento e depreciativo. Por isso, desenvolvem projetos que lutam por mudanças radicais na sociedade, com a utilização de textos, fotos e vídeos, buscando a emancipação e protagonismo das jovens e dos jovens moradores de periferia, das negras e dos negros, e das classes subalternas, cujas vozes são silenciadas pelos grandes veículos de comunicação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse momento, cabe retomar a questão inicial: como produzir conhecimentos que compatibilizem uma agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais, com os movimentos sociais e para os movimentos sociais?

Conforme delineado neste artigo, o estudo dos coletivos de comunicação foi alimentado pelos devires produzidos pelos próprios agentes desses coletivos, que não se organizam pela lógica da contradição entre apenas dois mundos possíveis, mas pela lógica da diferença, na qual a multiplicidade e possibilidade de criação de mundos é imprevisível e ilimitada. Esses movimentos olham para a igualdade não como um objetivo a ser alcançado, mas como um pressuposto, do qual é possível ativar processos de subjetivação heterogêneos e conquistar novos mundos possíveis.

Apesar de a ciência moderna ter realizado importantes progresso de conhecimento, a crença em uma universalidade da razão construída dentro dos muros da universidade, nomeada por Morin (1999) de “mutiladora racionalização ocidentalocêntrica”, tende a ignorar, desprezar e destruir outras formas de conhecimento, não permitindo o aprender com os agentes sociais e seus devires, como o exemplo dos coletivos de comunicação.

Boaventura de Souza Santos (2007) também critica a impostura de uma “monocultura do saber e do rigor” do

saber científico que rebaixa e invalida os conhecimentos produzidos fora deste “rigor do conhecimento científico”. O autor português advoga em favor de uma “ecologia dos saberes” produzidas pelas práticas sociais como forma de resolver a discrepância entre teoria e prática social.

Portanto, para a construção de um conhecimento científico **sobre e com** os movimentos sociais é preciso reconhecer os limites da ciência e do conhecimento acadêmico, entender que toda escolha científica também é uma escolha política, na qual os pesquisadores se colocam enquanto sujeitos políticos no mundo em interação e parceria com sujeitos produtores de saberes e devires. Mais do que trazer receitas ou soluções, este ensaio buscou mobilizar diferentes reflexões sobre uma possível construção de conhecimentos que podem compor uma ecologia de saber. E para isso, é sempre importante lembrar Morin (1999) quando diz que todo saber é incompleto, e que não basta termos consciência, mas também tirarmos lições disso, produzindo obras inacabadas, abertas ao futuro, e que permitam fazer surgir o novo e o desconhecido.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **Contrafogos 2**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRESSER PEREIRA, L. C. A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Lua Nova**, v. 45, n. 1, p. 49-95, 1998.

CARDOSO, R. Os movimentos sociais na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-13, 1987.

CARTA Mundial da Mídia Livre (2015). Disponível em: < <http://intervozes.org.br/carta-mundial-da-midia-livre/> >.

DOIMO, A. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DURIGUETTO, M.; MONTAÑO, C. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

GONÇALVES, R. de C.; LISBOA, T. K. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Rev. Katálysis**, v. 10, n. esp, p. 83-92, 2007.

GOHN, M. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GOHN, M. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

INTERVOZES. **Caminho para a luta pelo direito à comunicação no Brasil: como combater as ilegalidades no rádio e na TV**. São Paulo: Intervozes, 2015.

MORAES, D. **A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Editora Pão e Rosas, 2009.

MORIN, E. **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MORIN, E. **O método 3: o conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

MISOCZKY, M.; KRUTER, R.; SILVA, S.; GOULART, S. Estudos organizacionais e movimentos sociais: o que sabemos? Para onde vamos? **Cadernos Ebape.br**, v. 6, n. 1, p. 1-14, 2008.

ORTIZ, R. **Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática, 2983.

RUBIN-OLIVEIRA, M.; FRANCO, M. Produção de conhecimento interdisciplinar: contextos e pretextos em programas de pós-graduação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 12, n. 27, p. 15-35, 2014.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, B. S. **As vozes do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SANTOS, B. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. H. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil-Introdução. **Revista Política & Sociedade**, v. 3, n. 5, p. 13-35, 2004.

SCHERER-WARREN, I. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 46, n. 1, 18-27, 2010.

VALIENGO, C. B. **“Nois por nois”**: movimentos sociais de comunicação em São Paulo. 2016. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo). São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2016.